



Comissão rejeita proposta que acabava com o exame da OAB

Decisão foi tomada ontem pela CCJ, mas regimento dá prazo de dois dias úteis à apresentação de recurso para votação da PEC em Plenário. Senadores dizem que prova é necessária devido ao baixo nível do ensino universitário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer contrário à aprovação de uma proposta de emenda constitucional que acabava com a realização de exames para o exercício profissional, como é o caso da

prova exigida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O relator, Demóstenes Torres, e outros senadores defenderam a necessidade da seleção devido ao nível fraco de muitas escolas de Direito. Recursos contra a decisão têm prazo de dois dias. **3**



José Pimentel (E), Flexa Ribeiro e Romero Jucá debatem projeto relatado por Demóstenes Torres (na TV)



Presidente da CCJ, Eunício Oliveira conversa com o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante (D)



Casildo Maldaner (E) e Jayme Campos: o vice e o presidente da comissão

CAS anuncia ênfase à proteção dos mais humildes

Eleitos ontem presidente e vice da Comissão de Assuntos Sociais, Jayme Campos

e Casildo Maldaner destacaram o papel da CAS na defesa dos mais necessitados. **5**

CDH pretende ampliar diálogo entre sociedade e senadores **5**

Pressão popular deve agilizar reforma política, afirma Sarney **8**

Haddad aceita convite da CE para discutir prioridades **5**

CDR cria subcomissões para Nordeste e Amazônia **7**

CCT quer debater banda larga com Paulo Bernardo e Mercadante **6**

Mercosul reforça laços com vizinhos

Em visita ao presidente do Senado, alto representante-geral do Mercosul, embaixador Samuel

Pinheiro Guimarães, destaca desenvolvimento das relações desde a criação do bloco, em 1991. **2**



José Sarney recebeu ontem o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, alto representante junto ao Mercosul

Dez comissões permanentes do Senado já elegeram seus presidentes

Em reuniões realizadas ontem, quatro comissões elegeram a direção dos colegiados. Agora falta eleger apenas o presidente e o vice da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o que deverá acontecer na próxima semana

FORAM ELEITOS ONTEM os presidentes e vices de quatro comissões permanentes do Senado: de Assuntos Sociais (CAS), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Com isso, fica faltando apenas a eleição do presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que deverá ocorrer nos próximos dias.

Na semana passada já haviam sido eleitos os presidentes e vices de cinco comissões: de Assuntos Econômicos (CAE), de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já havia sido eleito na semana anterior.

Como ficaram as comissões

COMISSÃO	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	COMPOSIÇÃO
Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	Acir Gurgacz (PDT-RO)	Waldemir Moka (PMDB-MS)	http://migre.me/3YJH6
Assuntos Econômicos (CAE)	Delcídio Amaral (PT-MS)	Lobão Filho (PMDB-MA)	http://migre.me/3YJHG
Assuntos Sociais (CAS)	Jayme Campos (DEM-MT)	Casildo Maldaner (PMDB-SC)	http://migre.me/3YJL6
Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)	Eduardo Braga (PMDB-AM)	Gim Argello (PTB-DF)	http://migre.me/3YJLo
Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Eunício Oliveira (PMDB-CE)	José Pimentel (PT-CE)	http://migre.me/3YJIR
Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)	Benedito de Lira (PP-AL)	Eduardo Amorim (PSC-SE)	http://migre.me/3YJJD
Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	Paulo Paim (PT-RS)	Ana Rita (PT-ES)	http://migre.me/3YJLm
Educação, Cultura e Esporte (CE)	Roberto Requião (PMDB-PR)	Marisa Serrano (PSDB-MS)	http://migre.me/3YJLW
Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)	Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)	Kátia Abreu (DEM-TO)	http://migre.me/3YJMe
Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)	Fernando Collor (PTB-AL)	Cristovam Buarque (PDT-DF)	http://migre.me/3YJMB

Representante do Mercosul destaca 20 anos do Tratado de Assunção

O alto representante-geral do Mercosul, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, visitou ontem o Senado e ressaltou o desenvolvimento das relações entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai desde a criação do bloco, em 1991.

Ao ser recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, o embaixador destacou a comemoração, em 26 de maio, do 20º aniversário da assinatura do Tratado de Assunção, que estabeleceu o Mercosul. Pinheiro Guimarães ressaltou também que a criação do bloco foi positiva para o comércio de todos os países que o integram.

– Se avaliarmos 20 anos atrás, o comércio do Brasil com os países do Mercosul era muito menor. Hoje, supera US\$ 30 bilhões por ano – disse.

O embaixador disse que Sarney, quando presidente da República, foi pioneiro na aproximação do Brasil com os países do bloco, e fez um “esforço bastante grande para a integração econômica e



Pinheiro Guimarães (E), recebido por Sarney, destaca necessidade da indicação de membros para representação no Parlasul

política dos países, o que viria mais tarde a resultar no Tratado de Assunção”.

O alto representante-geral comentou ainda a indefinição existente quanto à indicação de membros para a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Os manda-

tos dos antigos integrantes da representação expiraram em 31 de dezembro de 2010.

– O Parlasul está em processo inicial de formação, não vota matérias ainda, mas é importante que se revolva – disse.

Pinheiro Guimarães foi designado para o cargo pelo Conselho

do Mercado Comum no dia 19 de janeiro. Ele cumprirá funções de articulação política, formulação de propostas e representação das posições comuns do bloco.

Sancionada lei sobre atuação da Embrapa no exterior

Aprovada na tarde de terça-feira, a medida provisória (MP 504/10) que permite à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) exercer atividades fora do Brasil foi promulgada no mesmo dia e transformada na Lei 12.383/11. A publicação foi feita ontem, *Diário Oficial da União*. A MP foi aprovada pelo Senado em seu último dia de vigência.

A lei que autorizou o Executivo a instituir a Embrapa como empresa pública (Lei 5.851/72) permitia sua atuação somente no Brasil.

A nova lei acrescentou dispositivo determinando que a “Embrapa poderá exercer quaisquer das atividades integrantes de seu objeto social fora do território nacional, em conformidade com o que dispuser seu estatuto social”.

Para contornar as restrições

da legislação, a Embrapa fazia pesquisas e trabalhos de transferência de tecnologia por intermédio dos Labex, escritórios virtuais de negócios sem personalidade jurídica própria, que aproveitam estruturas já existentes nos países sedes, em parceria com instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento.

Relevância

O ministro Wagner Rossi, da Agricultura, e o então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que assinaram a exposição de motivos da MP, argumentaram que a medida trará resultados positivos para a pesquisa no setor e possibilitará ao Brasil exercer papel ainda mais relevante no cenário mundial.

De acordo com informações da Embrapa, a empresa já atuava por meio dos Labex nos

Estados Unidos, na França, na Holanda, na Inglaterra e na Coreia do Sul, desenvolvendo tecnologia de ponta. Tem ainda projetos implantados em Gana, Moçambique, Mali e Senegal, para celebração de acordos de transferência de tecnologia. Quanto ao continente americano, já existe um projeto na Venezuela.

Está em fase de implementação o escritório da Embrapa no Panamá, com objetivo de apoiar iniciativas para o desenvolvimento de competências na área de segurança alimentar e atividades ligadas às pautas de exportações do México, de países da América Central, do Caribe e da região andina. Nas Américas, a Embrapa atuará em três frentes: plataforma de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia e negócios tecnológicos.

Patriota debate situação nos países árabes

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, às 10h, quando deve aprovar requerimento convidando o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para debater sobre as condições dos milhares de brasileiros que vivem nos países do Oriente Médio e norte da África, que hoje enfrentam “situações de emergência” em razão de revoltas populares.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs o encontro, quando também se avaliará o impacto e as consequências desses problemas nas relações daqueles países com o Brasil.

No caso do Egito, gigantescas manifestações populares resultaram no afastamento do ditador Hosni Mubarak, após 30 anos no poder, e há expectativa de que, após uma transição de seis meses, haja eleições livres e um dirigente democrático assumo o governo.

Na Líbia, por sua vez, o ditador Muamar Kadafi, no poder desde 1969, quando deu um golpe militar, avisa que só será retirado “como mártir”. Após violenta repressão aos manifestantes, parte do país saiu do controle de Kadafi e o quadro é de guerra civil.

Na mesma reunião, a CRE vai analisar as mensagens presidenciais de indicação dos novos embaixadores brasileiros na Bélgica e na África do Sul, respectivamente André Mattoso Maia Amado e Pedro Luiz Carneiro de Mendonça.

Na última reunião da comissão foram lidos os relatórios, mas o presidente do colegiado, senador Fernando Collor (PTB-AL), concedeu vista coletiva das matérias.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos em Plenário realizados após as 20h de ontem

serão publicados apenas na edição do *Jornal do Senado* desta sexta-feira.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Acesso a arquivos de obras públicas

14h O Plenário examina projeto que facilita o acesso de estudantes e professores dos cursos de engenharia e arquitetura a arquivos de obras públicas.

Presidência Posse do ministro Luiz Fux no STF

10h José Sarney participa de reunião da Mesa do Senado. Às 11h30, recebe o presidente do TCU, Benjamin Zymler, e o vice-presidente, Augusto Nardes. Às 16h, comparece à posse do ministro Luiz Fux, no plenário do STF.

CRE Embaixadores na Bélgica e África do Sul

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa as indicações de André Mattoso Maia para a embaixada na Bélgica e, cumulativamente, em Luxemburgo; e de Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, na África do Sul, em Maurício e no Lesoto.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Eunício Oliveira, presidente da CCJ (E, ao lado de Ophir Cavalcante, presidente da OAB), ouve os argumentos do relator, Demóstenes Torres (acima), que defende o exame da OAB como garantia de qualidade dos advogados

CCJ rejeita proposta que extingue exame da OAB

Nova Subcomissão de Reforma Administrativa

O presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), anunciou a composição da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa do Senado. Durante 90 dias, Eduardo Suplicy (PT-SP), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Cícero Lucena (PSDB-PB) vão estudar o substitutivo do então senador Tasso Jereissatti, relator da subcomissão que se dedicou ao tema em 2010. Ainda falta ser indicado um membro titular.

Por não integrar a CCJ, Pedro Simon (PMDB-RS) – que participou da subcomissão anterior – não pôde se juntar ao novo grupo. Assim mesmo, aproveitou para reunir a experiência acumulada na análise do tema no livro *O Senado nos trilhos da história – reforma administrativa do Senado Federal – análise crítica e propostas alternativas*.

– Como participei da subcomissão anterior, é obrigação minha atualizar os novos senadores sobre a matéria. E apelo para que levem a sério esse assunto – declarou Simon.

Pedro Taques (PDT-MT) se comprometeu a ler o relatório da antiga subcomissão e o livro de Pedro Simon. Cícero Lucena, 1º secretário, acredita que o estudo da nova subcomissão aperfeiçoará a estrutura da Casa. Marcelo Crivella (PRB-RJ) também fez um apelo para que se faça a reforma administrativa necessária no Senado.

Comissão vota contra a PEC que dispensava a realização de prova para qualificação profissional, como a dos advogados. Prazo para recursos contra decisão é de dois dias

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer contrário à proposta de emenda à Constituição que considera o diploma de curso superior suficiente para comprovar a qualificação profissional. Na prática, a nova norma impediria instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de realizar exames de admissão ao mercado trabalho.

Apesar da rejeição, a matéria ainda poderá ir ao Plenário, caso, em dois dias úteis, ao menos nove senadores apresentem recurso à Mesa. Nessa hipótese, será analisada a PEC, e não o parecer da CCJ, segundo a Secretaria-Geral.

O relator Demóstenes Torres (DEM-GO) disse que a iniciativa, do então senador Geovani Borges, iria invalidar exames feitos por entidades como o da OAB. O teste, afirmou, é importante para a segurança das pessoas que precisam dos advogados.

– Não dá para aprovar um promotor, um juiz, um delegado que não consegue alcançar nota cinco. Que segurança oferece um profissional que não se encontra preparado?

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que há decisões judiciais que impedem de forma temporária a prova, mas reconheceu a necessidade do exame.

– Pena que, em um país como o nosso, um advogado, para exercer sua profissão, passe por um exame, o que mostra que a qualidade do ensino ainda está lá embaixo – lastimou.

Para Pedro Taques (PDT-MT), as provas ainda são necessárias para evitar que o profissional atue sem o mínimo de conhecimento. Segundo Marta Suplicy (PT-SP), o exame é uma infelicidade para o país e deve-se à “enxurrada de faculdades de quinta categoria”.

Para Vital do Rêgo (PMDB-PB), a prova é “um remédio duro”, mas necessário enquanto as faculdades não formarem bons profissionais.

Questão jurídica adia mudança de horário no Acre

O antigo fuso horário do Acre – definido em 1913, e que estipulava duas horas a menos em relação ao horário da capital do país – deverá ser restabelecido pelo Congresso, provavelmente em 30 dias.

A expectativa é de aprovação de um projeto para retirar o Acre do alcance da Lei 11.662/08, que definiu o atual fuso horário (com uma hora a menos em relação a Brasília) desse estado e de partes do Pará e do Amazonas. O entendimento surgiu ontem, na CCJ, durante a discussão de relatório de Sérgio Petecão (PMN-AC) favorável ao reconhecimento do resultado de referendo popular rejeitando o horário implantado em 2008. Pelo ato de reconhecimento, o antigo fuso do Acre voltaria a valer neste sábado. No entanto, Pedro Taques (PDT-MT) sustentou que o referendo, realizado em 2010 no estado, foi proposto por decreto legislativo e, como o fuso hoje em vigor foi previsto em lei, só pode ser modificado por outra lei. “Um decreto não pode retirar a eficácia de uma lei, seria anticonstitucional”, disse.

Diante da objeção de Taques, endossada por Demóstenes Torres (DEM-GO) e Jorge Viana (PT-AC), Petecão pediu a retirada da matéria da pauta da CCJ para elaboração de um projeto de lei. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), comprometeu-se a agilizar a votação da proposta.

Historiador tem profissão reconhecida pela CCJ

A regulamentação da profissão de historiador foi aprovada ontem pela CCJ, de acordo com proposta apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS). A profissão poderá ser exercida pelos diplomados em curso de graduação, mestrado ou doutorado em História.

Entre as atribuições dos historiadores, o projeto (PLS 368/09) lista o ensino da disciplina na educação básica e superior; o planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica; e o assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação.

O projeto já havia sido aprovado em março de 2010, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No entanto, emenda de Plenário de Alvaro Dias (PSDB-PR) e requerimentos de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e do então senador Flávio Arns levaram a um novo exame da proposta pela CCJ, de onde irá agora para a CAS e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

INSS poderá criar 500 cargos de perito médico

A criação de 500 cargos para a carreira de perito médico previdenciário do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para atender às 720 agências que estão sendo construídas, foi aprovada pela CCJ e segue para análise do Plenário.

O PLC 178/10 do Poder Executivo propõe também a criação de outros 624 cargos em comissão e funções de confiança no órgão. Destes, 100 são funções gratificadas, 14 cargos do grupo direção e assessoramento (DAS) e outras 510 funções de confiança.

Não há ainda impacto orçamentário previsto para os cargos de perito médico previdenciário, já que a contratação depende da realização de concurso. O custo anual dos outros cargos é de R\$ 10 milhões, já incluindo o 13º salário, férias e encargos.

Em seu relatório, Romero Jucá (PMDB-RR) observa que a criação dos cargos “é fundamental para ampliar a cobertura do INSS e assegurar o melhor atendimento aos cidadãos que necessitam dos importantes serviços”.

Mozarildo pede auditoria na BR-210

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comunicou ao Plenário ontem que pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria nas obras da BR-210, que liga a cidade de Caracará (RR) até a fronteira com o Pará.

O parlamentar afirmou que, de 2007 para cá, a rodovia recebeu R\$ 83,16 milhões para sua manutenção, mas continua em péssimo estado. Só em 2010, foram R\$ 53 mi-



Mozarildo: “Uma roubaheira”

lhões. Nos quatro anos anteriores, comparou o senador, os recursos para manutenção da estrada foram de R\$ 13 milhões.

– O dinheiro foi a rodo, mas o trabalho não foi feito. Muito claramente, é uma roubaheira – afirmou o parlamentar, justificando seu pedido de auditoria para “mais um descaso da administração pernicioso no estado”.

Lucena cobra negociação com grevistas

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) fez um apelo ao governo da Paraíba para que dialogue com os líderes do movimento de policiais militares, civis, bombeiros e agentes penitenciários em greve desde segunda-feira. Ele criticou o governador, Ricardo Coutinho (PSB), por “insistir em não receber o movimento grevista e não apresentar uma solução”.

Na avaliação do senador, a decisão do governo de buscar o apoio da Força Nacional de Segurança não foi acertada, já



Senador critica falta de diálogo

que ela não foi criada para desempenhar as funções de policiais e bombeiros.

– Faça um apelo ao senhor governador da Paraíba. Receba os líderes do movimento. Faça uma proposta aos policiais militares do meu estado. Não ignore esse problema por mais tempo, pois a Paraíba clama por paz, por tranquilidade e por melhores condições de trabalho para os profissionais que arriscam, diariamente, suas vidas em defesa da sociedade – disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Wilson Santiago pede continuidade do programa Caminho da Escola

Santiago quer manutenção de transporte escolar

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) fez um apelo ao ministro da Educação, Fernando Haddad, para que seja mantido o programa Caminho da Escola, que renova a frota de veículos para transporte escolar dos estudantes matriculados na educação básica das redes estaduais e municipais da zona rural e da zona urbana mais carente.

A continuidade do programa, disse o senador, garante segurança e qualidade ao transporte dos estudantes, já que são adquiridos veículos próprios, adequados às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana. O programa também contribui para a redução da evasão escolar, ampliando o acesso e a permanência dos estudantes matriculados na escola, argumentou.

Curso da Unicamp valoriza escola pública, diz Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) assinalou ontem que a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) criou um curso-piloto de ensino – o Programa de Formação Interdisciplinar Superior (Profis) – destinado a estudantes que tenham concluído o ensino médio em escolas públicas de Campinas (SP).

O novo curso destinará 120 vagas aos alunos dessas escolas. O currículo inclui disciplinas das áreas de ciências humanas, biológicas, exatas e tecnológicas, distribuídas por dois anos de curso. Ao final do período, os alunos que concluírem o Profis poderão ingressar em algum curso de graduação da Unicamp, sem precisar de passar pelo vestibular.

– Com essa iniciativa, a Unicamp dá um passo concreto na valorização da escola pública – afirmou Suplicy.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador diz que depois do curso, de dois anos, aluno pode fazer graduação

Senador lembra benefícios do programa social do governo federal, que hoje é distribuído a 12,9 milhões de lares. Novo valor pago pode ser até 45,5% maior

Humberto Costa comemora reajuste para Bolsa Família

O SENADOR HUMBERTO Costa (PE), líder do PT, comemorou ontem a assinatura de decreto pela presidente Dilma Rousseff instituindo novos valores para o Bolsa Família. O reajuste pode chegar até 45,5%, beneficiando mais as famílias com maior número de filhos, explicou.

Neste mês, informou Humberto Costa, o Bolsa Família chegou a 12,9 milhões de famílias. As beneficiárias, acrescentou ele, receberão os valores ajustados a partir de 1º de abril.

Com o programa, afirmou o senador, o índice de crianças e adolescentes de 6 a 16 anos fora da escola caiu 36%. Citando dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate



Waldemir Barreto/Senado Federal

Humberto Costa informa que evasão escolar caiu 36% graças ao programa

à Fome, Humberto disse ainda que o Bolsa Família representa um acréscimo médio de 48% na renda dos beneficiários, contribuindo para reforçar o acesso à escola e ajudando a reduzir o dé-

ficit de peso das crianças nas famílias beneficiárias. Além disso, o benefício recebido pela famílias da área rural tem tido, segundo órgãos governamentais, “um enorme efeito dinamizador”.

Marta elogia pacto de Dilma pelo fim da miséria

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) disse ontem que, em sua primeira viagem à Bahia como presidente, Dilma Rousseff reafirmou seu compromisso com a erradicação da miséria e da pobreza ampliando os programas sociais da agricultura familiar e do Bolsa Família.

Segundo Marta, ainda foi anunciado que as famílias com mais filhos terão um reajuste maior, de 45,5%. Os novos valores começam a ser pagos em abril a 12,9 milhões de famílias, variando de R\$ 32 a R\$ 242.

– Segundo a presidenta, esse é um longo caminho em busca de um Brasil mais justo e igualitário – afirmou Marta.

Ela disse que a experiência



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senadora lembra experiência de renda mínima na capital paulista

com o programa Renda Mínima, conduzido pela prefeitura de São Paulo, e com o Bolsa

Família, do governo federal, demonstrou que foi criado um enorme mercado interno que ajudou o país a enfrentar a crise financeira internacional. Além disso, acrescentou a senadora, as pessoas começaram a comer um pouco melhor.

– Lembro de uma visita a um bar que, depois do Renda Mínima, passou a vender óleo, arroz, feijão e empregar os vizinhos e a própria família – afirmou.

A senadora assinalou que não se deve esquecer o dinamismo econômico que o Bolsa Família exerce. Ela disse que existem duas vertentes: uma é a melhora de vida das famílias carentes e a outra é o giro da economia nos locais mais pobres.

Preocupação com imigrantes haitianos no Acre

O senador Jorge Viana ((PT-AC) apresentou ontem requerimento para a criação de uma comissão externa, formada por cinco senadores, para visitar Brasileia (AC) e avaliar a situação dos 150 haitianos que estão vivendo na cidade. A comissão deverá, conforme o parlamentar, apresentar relatório em 15 dias.

– Não estou falando de dez, 20, 30 haitianos. São mais de 150 homens, mulheres e crianças que começaram a chegar no final do ano passado e agora estão no município de Brasileia. Eles têm o apoio da prefeitura, do governo do estado, mas estão à espera de um posicionamento das instituições, dos órgãos competentes – disse o senador, ao fazer um apelo por solução para o problema.

O senador Sérgio Petecão (PMN-AC), por sua vez, pediu a mobilização da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para ajudar a resolver o problema dos imigrantes haitianos.

– O Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal, proi-



J. Freitas/Senado Federal

Jorge Viana propõe que comissão de cinco senadores vá até Brasileia

biu a entrada desses haitianos no Brasil. A informação que nos chega é de que a situação na fronteira, na cidade de Assis Brasil [AC], é de calamidade. São mais de 200 haitianos, inclusive mulheres e crianças, vivendo em condições sub-humanas – ressaltou ele.

Horário do Acre

No mesmo discurso, Jorge Viana comemorou o consenso entre os parlamentares na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ontem, quando ficou decidido que, para retomar o horário antigo



J. Freitas/Senado Federal

Sérgio Petecão defende mobilização da CDH por haitianos em Assis Brasil

de duas horas a menos em relação ao horário oficial de Brasília, será necessária uma nova lei. Para isso, relatou Jorge Viana, será apresentado novo projeto de lei a ser votado no prazo de 30 a 45 dias.

Segundo Jorge Viana, se fosse aprovado o referendo realizado no segundo turno das eleições de outubro de 2010, a matéria seria inconstitucional. Por essa razão, o senador concordou com o voto em separado apresentado pelo colega Pedro Taques (PDT-MT), contrário a sua aprovação.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senadora diz que, com a posse de Dilma Rousseff, 2011 já é um marco

Ana Rita saúda mulheres por dia de reflexão e luta

O Dia Internacional da Mulher “é um dia de reflexão e de luta”, uma oportunidade para refletir sobre o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade, afirmou a senadora Ana Rita (PT-ES). Para ela, 2011 marca um momento significativo para a democracia brasileira por começar com a posse da primeira mulher na Presidência da República.

– Foi preciso esperar quase um século para termos uma mulher no cargo mais alto da nação e, mesmo depois de conquistar isso, ainda somos uma minoria na ocupação de cargos políticos – disse, lembrando que o direito de voto foi conquistado pelas brasileiras há 80 anos, 110 anos depois das primeiras eleições.

Atualmente, disse Ana Rita, apenas 10% das cadeiras legislativas são ocupadas por mulheres, enquanto a média mundial gira em torno de 20%.

Ana Rita também elogiou a presidente Dilma Rousseff e a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, por terem estabelecido como meta do governo federal “a luta pela erradicação da feminização da pobreza e da miséria”.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que apenas 40,1% das mulheres aptas a trabalhar no mundo estão empregadas, contra 73,4% dos homens aptos ao trabalho.

– Não tenho dúvidas de que a autonomia financeira das mulheres assegurará, inclusive, maior participação das mulheres nos espaços decisórios de poder.

Correção



Divulgação/CUT

Agraciada com o Prêmio Bertha Lutz, a dirigente da CUT Carmen Helena Foro (foto) foi equivocadamente identificada na edição de quarta-feira com a imagem de Euci Ana da Costa Gonçalves, que recebeu a homenagem em seu nome.

Haddad debaterá na CE prioridades da Educação

O ministro da Educação, Fernando Haddad, deverá comparecer à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) no dia 15, na primeira reunião após o Carnaval, para debater as prioridades da pasta para os próximos quatro anos. Haddad aceitou o convite poucos minutos após a aprovação do requerimento pela comissão. A iniciativa partiu do novo presidente da CE, senador Roberto Requião (PMDB-PR), eleito ontem para o cargo, por unanimidade. A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) foi eleita vice-presidente.

Ao apresentar sua proposta, Requião disse que o colegiado deverá ter uma "relação intensa" com o Ministério da Educação nos

próximos dois anos. Por iniciativa de Inácio Arruda (PCdoB-CE), serão ainda convidados a expor seus planos à CE os ministros do Esporte, Orlando Silva, e da Cultura, Ana de Hollanda.

Requião recordou sua primeira passagem pela CE, quando teve "interessante parceria" com o então senador Darcy Ribeiro na discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Inicialmente indicado para relator, Requião narrou o momento em que foi a um hospital de Brasília, onde Darcy estava internado, tratando de um câncer, para lhe oferecer o cargo.

– Disse a ele: ignore essa doença terrível, saia do hospital e assumo a relatoria. No dia se-

guinte, ele saiu do hospital, conduziu o processo e sobreviveu um ano e meio, quando muitos diziam que não sobreviveria uma semana. Ele renasceu com a oportunidade.

Roberto Requião relatou ainda as principais iniciativas na área de educação durante seus dois mandatos como governador do Paraná. Entre elas, a criação de um programa de formação continuada de professores e a vinculação de aumentos salariais dos professores à melhoria do desempenho da educação em todo o estado. Destacou ainda a aprovação de emenda à Constituição estadual para destinar 30% dos recursos à educação.

Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner foram eleitos ontem presidente e vice da comissão. Eles querem enfatizar compromisso com a "verdadeira cidadania"



Casildo Maldaner e Jayme Campos (D) afirmam que trabalharão pelos humildes

Fotos de José Cruz/Senado Federal



Iniciativa da audiência pública foi de Roberto Requião, eleito ontem presidente da CE

Marta espera aprovar projeto contra homofobia

"As pessoas já reconhecem que o combate à homofobia é uma questão de respeito ao ser humano, à cidadania. Tenho certeza que poderemos juntos fazer um trabalho que vá sensibilizar senadores e senadoras", afirmou ontem Marta Suplicy (PT-SP), ao defender o projeto que torna crime a discriminação de homossexuais (PLC 122/06), relatado por ela na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Marta foi confirmada relatora da matéria pelo senador Paulo Paim, recém-eleito presidente da comissão (veja ao lado).

– Não podemos mais admitir situações de homicídio – no limite do que temos presenciado –, de humilhação, de xingamento e de espancamento de homossexuais – disse a parlamentar, ressaltando ainda que a aprovação do projeto terá repercussão nacional e internacional.

O texto havia sido arquivado com o fim da última legislatura, mas foi desarquivado por iniciativa da senadora, que reuniu as assinaturas necessárias.

Paim quer abrir CDH para a participação da sociedade

Eleito ontem por unanimidade presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que pretende fazer do colegiado um espaço voltado para o conjunto da população, onde a sociedade possa encaminhar demandas e dialogar com os senadores. Essa é a segunda vez que ele preside a comissão (a primeira vez foi de 2007 a 2008). A senadora Ana Rita (PT-ES) será a vice-presidente.

– Esta é a única comissão do Senado que tem um negro na presidência e uma mulher como vice. Isso mostra

o compromisso da CDH com o combate a todo tipo de preconceito, a todo tipo de violência e com a construção de um mundo melhor para todos – disse Paim.

Ele anunciou que, na próxima reunião, apresentará aos membros da comissão um plano de trabalho para o ano. Como revelou, já existem diversos requerimentos de audiências públicas e projetos esperando votação.

Ana Rita destacou a responsabilidade da comissão na defesa dos direitos femininos e no combate à violência contra a mulher.



Pedro Simon observa Gleisi Hoffmann cumprimentar Paulo Paim, ao lado de Ana Rita

Eunício: combate às drogas será tema da CCJ

O senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) anunciou ontem que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da qual é presidente, realizará um ciclo de debates sobre políticas de combate ao tráfico e o consumo de drogas.

As audiências públicas irão

mostrar o papel informativo e educacional dos meios de comunicação nesse processo.

– Claro que o apoio da família, dos pais, ONGs e instituições religiosas são importantes. Mas aqui temos de fazer nosso dever de casa – afirmou.

Existem mais de cem projetos em tramitação que tratam do tema, principalmente para aumentar a punição a traficantes.

O senador defendeu como prioridades, porém, as ações de inteligência, educativas e de tratamento ao usuário.

Erradicação da miséria e defesa dos mais pobres na pauta da CAS

JAYME CAMPOS (DEM-MT) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) foram eleitos ontem, respectivamente, presidente e vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para o biênio 2011/2013.

Em seu discurso de posse, Jayme Campos afirmou que trabalhará, na sua gestão, "principalmente na defesa de políticas públicas para que os mais necessitados possam alcançar a verdadeira cidadania", e Maldaner se comprometeu a também procurar defender o interesse dos mais humildes.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) afirmou que a CAS precisa dar ênfase ao refinanciamento do sistema previdenciário. Ciro Nogueira (PP-PI), Waldemir Moka (PMDB-MS), e Humberto Costa (PT-PE) defenderam mais recursos para a área da saúde.

Para Moka, a CAS deve começar um debate sobre a regulamentação da Emenda 29, que obriga a União a investir recursos – no mínimo 10% do que arrecada – na área da saúde.

Já Humberto Costa, ex-ministro da Saúde, disse que a área perdeu muitos recursos com o fim da Contribuição Provisória Sobre a Movimentação Financeira (CPMF). Segundo o senador, "a própria presidente Dilma Rousseff, ao responder perguntas sobre a área, assinalou que o Brasil gasta pouco e mal com a saúde".

Fim da pobreza

Logo após a eleição, a CAS aprovou requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) para que, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o colegiado realize audiências para debater a diretriz principal do governo de Dilma Rousseff de erradicar a pobreza absoluta, promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores

discriminados na sociedade e promover os instrumentos necessários que serão utilizados para alcançar esses objetivos.

Por sugestão de Jayme Campos, as reuniões da CAS passarão a ser às 9h das quartas-feiras.

Cidadania

À tarde, em discurso no Plenário, Jayme Campos disse que pretende dirigir a CAS de maneira a aprimorar a legislação social.

– Democracia é o sistema político que pressupõe a convivência de semelhantes, um regime que reivindica a igualdade social, a tolerância racial, a comunhão entre gêneros e a isonomia de perspectivas econômicas para cada um.

Mais do que isso, cria a noção imperturbável de cidadania e reforça a ideia de que todos são iguais em seus direitos e obrigações – declarou.

O senador ponderou que os indicadores sociais do Brasil "ainda são desanimadores". Em relação ao índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o país encontra-se na 73ª posição entre 169 nações, citou.

Jayme Campos adiantou que a primeira audiência pública a ser realizada pela CAS em 2011 será sobre o tema aprovado ontem na comissão.

– A erradicação da miséria, o permanente controle das desigualdades e a geração de oportunidades se impõem não apenas como uma tarefa conjuntural do poder constituído, mas, sim, como uma missão atemporal de toda a comunidade que sinaliza o amadurecimento institucional da nação – afirmou.

Em apartes, os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Waldemir Moka e Eduardo Suplicy elogiaram o pronunciamento e colocaram-se à disposição da CAS.

Paulo Bernardo, das Comunicações, e Aloizio Mercadante, da Ciência e Tecnologia, devem participar de audiência pública com senadores neste mês

Walter Pinheiro critica alto preço de celulares

Ao defender a democratização do acesso a serviços de telecomunicações no país, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) lamentou o preço elevado pago pelos consumidores brasileiros na compra de aparelhos celulares no mercado nacional.

O grande número de celulares no país deveria contribuir para a redução do preço desses equipamentos, afirmou o senador, mas alguns modelos chegam a ser três vezes mais caros que produtos idênticos adquiridos no exterior.

– Nós convivemos com disparidades de acesso a esses equipamentos. Se fizermos uma busca por diversos sites e comparamos os preços praticados no Brasil e em diferentes países, vamos encontrar uma disparidade enorme – disse.

Investimentos

Walter Pinheiro também comemorou a liberação de R\$ 1,2 bilhão para a construção de um terminal de gás natural.

– A estrutura do Gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste (Gasene), situada na Baía de Todos os Santos, permitirá, por exemplo, o ingresso de 3 mil pessoas no mundo do trabalho, somando-se às iniciativas no entorno da Baía de Todos os Santos, no Recôncavo Baiano, na região metropolitana, permitindo, assim, a ampliação da base de oferta de energia e a ampliação da oferta de postos de trabalho em toda aquela região – informou.

O senador destacou ainda a importância de projeto da Petrobras no setor do biodiesel, que poderá beneficiar 32 mil famílias baianas. Ele também elogiou a presidente Dilma Rousseff, que anunciou ontem na Bahia a correção no valor dos benefícios do programa Bolsa Família.



Senador destaca projeto da Petrobras que pode beneficiar 32 mil famílias



Senador Eduardo Braga (D) foi eleito ontem presidente da CCT e terá como vice Gim Argello

CCT convida dois ministros para debater banda larga

OS MINISTROS DAS Comunicações, Paulo Bernardo, e da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, devem discutir com os senadores, em março, as políticas para suas áreas. O convite foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que elegeu os senadores Eduardo Braga (PMDB-AM) e Gim Argello (PTB-DF) como presidente e vice.

Os senadores da região Norte, onde o acesso à internet é muito deficiente, querem discutir o Programa Nacional de Banda Larga. Segundo eles, a inclusão digital, além de um direito em si,

é um meio para garantir outros direitos à população, e esses direitos, com a precariedade do acesso à internet, estão sendo negados à população daqueles estados.

Aníbal Diniz (PT-AC) considerou importante debater, além da banda larga, a expansão da rede pública de radiodifusão a todos os municípios da região. Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que a informação está incluída, hoje, entre os direitos fundamentais do cidadão, e privá-lo do acesso em banda larga à rede mundial de computadores seria uma violação desses direitos.

Randolfe Rodrigues (PSOL-

AP) observou que moradores de Roraima, Amapá e parte do Amazonas não têm a mesma facilidade de acesso à internet disponível para a maioria da população. A região, segundo ele, tem dado grande contribuição ao desenvolvimento sustentável do país e, agora, os seus cidadãos devem ter reconhecido um de seus direitos fundamentais.

Ângela Portela (PT-RR) anunciou a intenção de apresentar requerimento para uma audiência pública sobre o programa. O debate foi considerado importante também pelos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e João Ribeiro (PR-TO).

Brasil precisa dar salto tecnológico, diz Braga

A exportação de uma tonelada de circuito impresso equivale, em termos financeiros, à de 10 mil toneladas de soja. A comparação foi feita ontem pelo senador Eduardo Braga, ao tomar posse como presidente da CCT. Braga disse que o Brasil deve usar a exportação de *commodities* e de produtos semielaborados para “reforçar sua musculatura e dar o grande salto de investimento em ciência e tecnologia”.

O senador observou que as nações que não têm um setor robusto de pesquisa e desenvolvimento dependem das outras até para manter as culturas agrícolas tradicionais: “Sem as sementes e os defensivos mais avançados, a produtividade é insuficiente para alimentar a população”.

Ele lamentou a reprodução, no setor de ciência e tecnologia, das mazelas das desigualdades regionais: para cada mestre ou doutor existente no Amazonas, há 21 em São Paulo. Eduardo Braga disse ainda que é importante pesquisar doenças negligenciadas, como a malária, que afetam mais fortemente regiões pobres, .

Senadores destacam importância estratégica

A CCT não deve se limitar a um tema, como fez no passado com a radiodifusão, afirmou ontem o senador Walter Pinheiro (PT-BA). Ele usou a expressão “convergência digital” para dizer que ciência e tecnologia, comunicação e informática devem convergir para um resultado em benefício da sociedade.

Walter Pinheiro foi um dos senadores que destacaram “a nova importância estratégica” da CCT, cuja solenidade de instalação dos trabalhos reuniu representantes de segmentos interessados na ciência e tecnologia.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o público presente à reunião permite antever como será o trabalho da comissão: ali não vão trabalhar apenas os senadores, mas representantes da comunidade científica.

Também os senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB), Luiz Henrique (PMDB-SC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e João Ribeiro (PR-TO) ressaltaram pontos de atuação da comissão em benefício do país.

Adiada decisão sobre marco regulatório

O marco regulatório da comunicação, em estudo pelo governo, deve gerar polêmica na próxima reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), prevista para 16 de março. Foi adiado o exame de requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pedindo a criação de uma subcomissão para tratar do projeto.

Por sugestão do presidente da comissão, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), Flexa Ribeiro concordou com o adiamento da votação do requerimento, que deve voltar à pauta.

A discussão do marco regulatório começou no segundo governo Lula (2006-2010), com a constatação de que cada vez mais as fronteiras entre radiodifusão e telecomunicação vão se diluindo, na chamada convergência de mídias.

O projeto gerou descon-fiança entre profissionais e empresários de comunicação, que apontaram ameaças à livre expressão decorrentes de um suposto controle social da mídia.



Flexa Ribeiro quer criar subcomissão para estudar proposta do governo

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Lídice da Mata • Vanessa Grazziotin • Marinor Brito • Wilson Santiago

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Projeto de Crivella garante reajuste de 2% no mínimo



Marcelo Crivella

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse ontem que apresentará um projeto para alterar a Lei 12.382/11, que prevê a política de valorização do salário mínimo. De acordo com o parlamentar, a proposta reajusta o mínimo mesmo se o produto interno bruto (PIB) dos dois anos anteriores for nulo ou negativo, ou seja, quando o país não registrar crescimento.

Segundo Crivella, o salário precisa da correção da inflação do período e de um reajuste real. Se o crescimento da economia for abaixo do esperado – como ocorreu em 2009 –, será garantido um aumento real mínimo de 2%.

Na opinião do senador, o mínimo ainda é pouco, “mas tem aumento real, tem poder de compra”. Ele disse que sonha com um salário de R\$ 2,5 mil.

Alvaro Dias critica corte de R\$ 50 bilhões



Alvaro Dias

A piora das contas públicas, em face da “gastança” ocorrida em 2010, levou o governo a anunciar um corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento para este ano, sob a alegação da “consolidação fiscal” para tentar “escamotear” o real cenário da economia, disse Alvaro Dias (PSDB-PR).

Segundo o senador, a fórmula do governo inclui medidas como o combate a fraudes do seguro-desemprego e protelação de sentenças judiciais. Alvaro disse ainda que a presidente Dilma Rousseff quebrou promessa de campanha ao anunciar um corte de R\$ 5,1 bilhões dos R\$ 12,7 bilhões disponíveis em 2011 para o programa Minha Casa, Minha Vida, que fazia parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Política macroeconômica suga os recursos públicos, diz Vanessa



Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu mudanças na política macroeconômica do país, que hoje “deteriora as finanças públicas”. A senadora lembrou que cada meio ponto percentual a mais na taxa de juros causa um impacto de R\$ 5 bilhões no Tesouro Nacional. Vanessa lamentou que alguns partidos tenham questionado na Justiça a lei que estabelece a política

do salário mínimo.

Em aparte, Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou que a receita da Previdência repesa o salário mínimo. Segundo o senador, a Constituição optou por taxar a folha de pagamento das companhias, “o que beneficiou as empresas intensivas de capital e de automação”. Ele sugeriu que a arrecadação previdenciária se baseie no lucro bruto ou no faturamento líquido das grandes empresas. “Hoje uma montadora de veículos arrecada menos que uma oficina de fundo de quintal”, disse.

“Manaus está cumprindo os prazos para a Copa de 2014”

A visita, na segunda-feira, do ministro do Esporte, Orlando Silva, a Manaus, uma das 12 sedes da Copa do Mundo de 2014, foi acompanhada por Vanessa Grazziotin.

A senadora relatou ontem em Plenário a visita – parte da caravana do ministério que está percorrendo todos os

municípios que participarão do Mundial – e disse que a capital do Amazonas está cumprindo satisfatoriamente os prazos. Também participaram do encontro o governador do Amazonas, Omar Aziz, o prefeito de Manaus, Amazonino Mendes, e secretários estaduais e municipais.

Governo Lula alcançou a gestão econômica ideal, avalia Marta

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) disse ontem que o governo Lula será lembrado como aquele que alcançou a gestão econômica ideal, conjugando o crescimento com geração de emprego e renda, controle inflacionário, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal.

No governo Lula, disse a senadora, o Brasil registrou uma taxa média anual de crescimento real

do produto interno bruto (PIB) de 3,83%, “muito superior” a 1,75% registrado entre 1995 e 2002.

A inflação, segundo Marta Suplicy, mostrou-se mais sob controle da política econômica no governo Lula, com um IPCA médio de 5,8% ao ano, do que no governo Fernando Henrique Cardoso, em que o IPCA médio esteve em 7,4% ao ano.

Por sugestão de Vanessa Grazziotin e de Wellington Dias, a Comissão de Desenvolvimento Regional decidiu criar grupos específicos para tratar das questões das duas regiões

Nordeste e Amazônia terão subcomissões permanentes

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) decidiu criar duas subcomissões permanentes para debater as questões do desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste. Os nomes dos parlamentares que integrarão os colegiados vão ser definidos nos próximos dias.

No requerimento em que sugeriu a criação da Subcomissão da Amazônia, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirma que o colegiado poderá abordar de maneira profunda e específica a Amazônia brasileira, em especial o desenvolvimento sustentável e investimentos para dinamizar o turismo. A intenção é estimular resultados práticos.

– A função não será apenas fazer debates, mas atuar para que as coisas aconteçam – disse.

Já a criação da Subcomissão do Nordeste foi requerida pelo senador Wellington Dias (PT-PI). Ele assinalou que o objetivo é tratar a questão regional ao lado do Fórum dos Governadores do Nordeste, da banca-



Presidente da CDR, senador Benedito de Lira (E) conversa com Ciro Nogueira

da nordestina na Câmara dos Deputados e também junto às entidades empresariais e dos trabalhadores.

Além dos desequilíbrios estruturais da região, ele disse que há uma ampla relação de temas de interesse comum entre os estados nordestinos que pode ser trazida a debate na subcomissão. Entre outros pontos, citou os entraves ao desenvolvimento da aviação regional e

a demanda por investimentos em infraestrutura.

– Assim como na região Norte, o Nordeste ainda enfrenta grandes desafios – declarou.

Reunião

Ficou decidido ainda que a reunião semanal da CDR continuará às quartas-feiras, mas em outro horário. A partir de agora, irá começar às 14h, como previsto no Regimento Interno.

Comissão debaterá infraestrutura portuária

A importância de melhorias na infraestrutura portuária para a redução das desigualdades regionais, com investimentos que possam elevar o movimento geral dos portos e dinamizar o turismo náutico, será debatida em audiência pública pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Requerimento com essa finalidade, de autoria do presidente do colegiado, senador Benedito de Lira (PP-AL),

foi aprovado ontem.

– Às vezes, ficamos impotentes para adotar determinadas providências, mas a comissão será o braço de encaminhamento de sugestões para que o governo possa dotar os portos de mínimas condições para que o turismo [náutico] se desenvolva no país – observou o senador.

Poderão ser realizadas duas rodadas de debates, em datas a ser marcadas. Serão convidados

representantes da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Abremar) e do Centro Nacional de Navegação (Centronave). Por sugestão da senadora Vanessa Grazziotin, foi incluído o Ministério dos Transportes, que responde pelas políticas e ações para os portos fluviais.

Armando Monteiro propõe agenda da cidadania

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) propôs ontem uma agenda da cidadania, capaz de gerar prosperidade econômica e inclusão social com o atendimento das questões fundamentais como saúde, educação, mobilidade urbana, segurança pública e participação ativa do cidadão.

Em seu discurso, Armando Monteiro também propôs a discussão de um novo plano de desenvolvimento regional.

– O Nordeste dispensa um tratamento paternalista e um discurso de comiseração. O Nordeste não é parte do problema, mas da solução – disse, ao propor um novo paradigma que assegure uma inserção econômica dinâmica e integradora.

Na agenda cidadã, Armando Monteiro colocou a educação como prioridade a ser debatida. O senador lembrou que, embora o Brasil tenha obtido a universalização do ensino básico, “ainda carece de excelência”, ficando em posição secundária quando avaliado em seu desempenho por instituições internacionais qualificadas.

O senador exaltou a decisão da presidente Dilma Rousseff de implementar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) devido à necessidade de aproximar as instituições de ensino do mercado de trabalho.



Armando Monteiro

Wellington: integração passa por foco na região

O senador Wellington Dias (PT-PI) comemorou a instalação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e a aprovação de uma audiência pública para tratar das questões relacionadas ao transporte marítimo e hidroviário, bem como a criação de duas subcomissões para tratar dos temas da Amazônia e do Nordeste.

– Eu acredito que a integração do Brasil depende desse foco no desenvolvimento regional. Acredito que, através desta comissão, poderemos dar uma grande contribuição ao Brasil – afirmou.

Wellington disse que a Subcomissão do Nordeste deverá se deslocar para os nove estados da região para tratar dos assuntos inerentes a cada um deles. O ponto de partida será o conjunto de projetos que tramitam na Casa. Com isso, o senador acredita que poderá acelerar aquilo que for prioridade.

– Não dá mais para pensar o Brasil com cada um pensando na sua BR, naquele trecho de ferrovia isolada ou naquela ponte isoladamente. Eu acho que é preciso pensar o desenvolvimento integral do Brasil. Quero trabalhar o desenvolvimento do meu estado, mas tenho a convicção de que esse desenvolvimento será tão mais acelerado quanto maior for em todas as nossas fronteiras – afirmou.



Wellington Dias

Sarney: pressão da opinião pública acelera a reforma

Nem mesmo a diferença de prazos para as comissões do Senado e da Câmara pode impedir a aprovação das mudanças, que, para o senador, são exigência da sociedade

A PRESSÃO DA opinião pública fará com que a reforma política seja aprovada de forma rápida, disse ontem o presidente do Senado, José Sarney. Para ele, nem a diferença de prazos das duas comissões criadas no Congresso com o objetivo de promover mudanças na política nacional comprometerá a aprovação de um projeto sobre o tema.

A comissão do Senado tem 45 dias para apresentar um anteprojeto de lei, prazo que na Câmara foi fixado em 180 dias.

– Acho que há hoje uma

pressão da opinião pública e uma consciência nacional de que esse assunto não pode mais ser postergado. Acredito que isso vai naturalmente obrigar todos nós a resolver esse assunto – frisou.

Sarney também fez comentário sobre o início dos trabalhos da comissão do Senado, que aprovou na terça-feira uma agenda de discussão. No seu entender, o colegiado deve cumprir o prazo estabelecido.

– Estamos trabalhando com uma metodologia de não fazer uma discussão teórica, mas uma comissão tópica sobre os

assuntos que estão entretendo o funcionamento da vida pública brasileira – explicou.

Questionado se a presença de deputados que têm processos na Justiça prejudicaria os trabalhos da Comissão da Reforma Política da Câmara dos Deputados, Sarney disse que a responsabilidade da indicação cabe àquela Casa.

– As escolhas são de responsabilidade do presidente Marco Maia. Acredito que ele tenha feito [essas escolhas] com absoluto espírito de fazer uma comissão que fosse melhor – assinalou.

Luiz Henrique proporrá fim da reeleição

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) anunciou que irá propor à Comissão de Reforma Política o fim da reeleição para cargos do Executivo, mandato de seis anos, o financiamento público de campanha e o voto em lista fechada nas eleições proporcionais.

– Prefiro uma mudança mais profunda: o fim da reeleição, com mandato de seis anos. Todos que já exerceram cargo no Executivo sabem que quatro anos é prazo limitado para uma administração organizada que lance alicerces para o futuro.

Luiz Henrique lembrou que, quando exerceu os cargos de prefeito e governador, renunciou ao mandato para competir em igualdade de condições com seus adversários. Em caso



Senador defende ainda voto em lista fechada e financiamento público

de a reeleição ser mantida, ele disse que defenderá a desincompatibilização do cargo.

A propaganda eleitoral gratuita, por sua vez, deve ser realizada ao vivo, com os candidatos apresentando seus programas partidários e

defendendo suas teses, sem a atuação dos marqueteiros.

O senador defende também a lista partidária nas eleições proporcionais por entender que essa opção fortalecerá os partidos, reduzindo a disputa interna entre candidatos.

– A lista fechada despersonaliza o voto proporcional e partidariza o voto proporcional. Isso é que é importante: estabelece um elo do eleito com o programa de seu partido.

Já a associação de lista fechada com financiamento público, disse, vai baratear as campanhas.

– No momento em que o eleito não depender de dinheiro privado para sua campanha, agirá com muito mais independência.

Valadares defende adoção do sistema de lista fechada

Ao comentar as propostas a serem debatidas na reforma política, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu o sistema de lista fechada, em que o eleitor vota no partido, que define a ordem dos candidatos que ficarão com as vagas.

Segundo o senador, o Congresso Nacional deve aprovar na reforma “algo que venha a fortalecer os partidos e que venha a dar maior seriedade aos mandatos políticos conquistados nas urnas”.

– O voto proporcional é um voto que divide os partidos, é um sistema ultrapassado, exis-

tente, salvo engano, apenas no Brasil e na Finlândia, um voto que cria a cizânia entre integrantes de um mesmo partido – ponderou.

Antônio Carlos Valadares também defendeu o financiamento público de campanha, por entender que o financiamento privado é “uma porta aberta para a corrupção” e para a criação de um constrangimento de parlamentares eleitos, que ficam a dever favores a empresários e lobistas.

O senador pediu que a definição das regras eleitorais saia do âmbito do Tribunal



Valadares também é favorável ao financiamento público de campanha

Superior Eleitoral (TSE) e volte para o Legislativo. Também afirmou que a segurança jurídica e a qualidade da representação devem ser os principais objetivos da reforma política. Em aparte, recebeu apoio de Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Ciro Nogueira propõe “Bolsa Família Verde”

Ciro Nogueira (PP-PI) sugeriu ao Executivo a criação do programa Bolsa Família Verde como forma de contribuir para a proteção do meio ambiente e a erradicação da miséria extrema. A ideia é instituir o agente ambiental local, comprometido com a proteção e a fiscalização da natureza da região, em troca de um benefício mensal do governo, semelhante ao pago pelo Bolsa Família.

O senador disse que a atuação do agente ambiental favoreceria a proteção de nascentes, parques ecológicos e manguezais, tendo um efeito multiplicador



Ideia do senador é pagar benefício para agentes ambientais locais

sobre a comunidade local, que também passaria a receber informações para o controle e a redução de doenças como dengue e leptospirose.

Ciro Nogueira lembrou que o Bolsa Família beneficia atualmente 12 milhões de famílias em todo o Brasil.

Atlas do abastecimento de água sai em setembro, anuncia Davim

Até setembro, todos os 5.565 municípios do país estarão incluídos no Atlas do Abastecimento de Água da Agência Nacional de Águas (ANA), anunciou Paulo Davim (PV-RN). O senador explicou que o documento tem o objetivo de oferecer diagnósticos das condições das águas de todas as cidades brasileiras.

Os dados já computados podem ser acessados no endereço <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/home.aspx>. Segundo Davim, já estão disponíveis informações do Atlas Nordeste, Atlas Sul e Atlas das regiões metropolitanas. Qualquer cidadão pode ter acesso a dados sobre o fornecimento, o abastecimento e a distribuição de água em sua localidade, e as perspectivas até 2015, explicou.

O senador também fez um retrospecto dos dez anos da ANA,



Davim: atlas da ANA permitirá acesso a dados sobre todas as cidades do país

comemorados em dezembro do ano passado. Ele lembrou que, antes da criação da agência, o tema recursos hídricos era tratado no âmbito do Código Civil e da legislação privada, e que a foi a Constituição de 1988 que determinou a competência da União para instituir um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

Cassol defende ICMS verde para compensar usinas

O senador Ivo Cassol (PP-RO) defendeu ontem a criação do ICMS verde para compensar a geração de energia das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, do Rio Madeira, em Rondônia, que fornecerão energia para outros estados.

Cassol disse que pediu à subcomissão criada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater a usina de Belo Monte (PA) que avalie também a compensação prometida pelo governo com a implantação de Jirau e Santo Antônio.



Ivo Cassol: “Não ficará um centavo de ICMS para o nosso estado”

– O Brasil precisa de energia. Mas quero lembrar aos senadores da região amazônica, ao povo da Região Norte: depois das usinas prontas, sabem o que vai ficar para nós? Vai ficar uma banana. Não ficará sequer um centavo de ICMS para o nosso estado – reclamou.

Jornal do Senado em papel reciclado recebe elogios

A mudança no **Jornal do Senado**, que na terça-feira passou a ser impresso em papel reciclado, foi bem recebida por senadores.

Ciro Nogueira (PP-PI) disse que enviou cumprimentos ao presidente da Casa, José Sarney, pela medida “ambientalmente

correta, que vai ao encontro do anseio de toda a sociedade”, sem perda de qualidade.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) acrescentou que o reciclado é mais semelhante ao papel-jornal. “Tanto quanto possível, é melhor que se faça isso em todas as repartições públicas e

mesmo nas empresas privadas”, opinou.

Para Marinor Brito (PSOL-PA), o jornal “ficou mais leve e parece mais dinâmico”. Ela elogiou o esforço do Senado para buscar o equilíbrio ambiental. Alvaro Dias (PSDB-PR) também aprovou a mudança. “O jornal melhorou.

Achei que ficou muito bom”, elogiou.

Wellington Dias (PT-PI) destacou a qualidade da impressão. E Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse esperar também que a Casa invista cada vez mais na pauta eletrônica, para economizar papel.

